

“A maior das dores”: O luto de mães no espaço público

Aline Ferreira de Faria¹
Kátia Lerner²

Resumo: O sofrimento apresenta grande visibilidade na esfera pública contemporânea, especialmente pela emergência de novos espaços de comunicabilidade, como a Internet, e pelo surgimento de uma nova economia moral das emoções. Ele é apreendido na presente pesquisa como uma categoria social, seguindo uma abordagem socioantropológica, que se debruça sobre os sentidos sociais das emoções. O objeto de estudo são mães que perderam filhos e expõem sua dor no espaço público, através da criação de blogs, páginas no *Facebook*, de livros e da articulação de movimentos, em torno da reivindicação por justiça. Foram realizadas entrevistas, com base em roteiros semiestruturados, com seis mães e um pai, sendo elas conduzidas a partir de um olhar etnográfico. O objetivo geral deste artigo é a compreensão dos modos de comunicação do sofrimento das mães que perderam filhos. Mais especificamente, buscou-se analisar como se constrói o sofrimento no espaço público e quais são as estratégias acionadas pelas mães para lidar com o luto. Os resultados apontaram para a formação de redes de apoio e para a luta política como formas de gestão do sofrimento, de modo a construir as figuras da vítima no espaço público, com base na legitimidade do sofrer.

Palavras-chave: sofrimento; perda; vítima; rede de apoio; luta política

Abstract: Suffering presents great visibility on the contemporary public sphere, especially by the emergence of new spaces of communicability, such as the Internet, and by the emergence of a new moral economy of emotions. He is apprehended in the present research as a social category, following a socio-anthropological approach that addresses the social meanings of emotions. The object of study are mothers who have lost children and expose their pain in public space through the creation of blogs, *Facebook* pages, books and the articulation of movements around the claim for justice. Interviews were conducted on the basis of semistructured scripts with six mothers and one father, always from an ethnographic perspective. The general objective of this article is to understand the ways of communicating the suffering of mothers who have lost children. More specifically, we sought to analyze how the suffering is constructed in the public space and what are the strategies used by the mothers to deal with mourning. The results pointed to the formation of support networks and political struggle as ways of managing suffering, so constructing the victims' figures in the public space based on the legitimacy of suffering.

Keywords: suffering; lost; victim; support network; political struggle

1 Doutoranda em Comunicação pela Université du Québec à Montréal (UQÀM). Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS/Fiocruz). E-mail: <alnfarria@hotmail.com>.

2 Prof. Dr^a. e coordenadora do PPGICS e pesquisadora do Laboratório de Comunicação e Saúde (Laces/Fiocruz). E-mail: <katia.lerner@icict.fiocruz.br>.

Introdução

A perda de um filho é relatada por mães que passaram por essa experiência como “a maior das dores”. Tal é a mudança que acarreta em suas vidas, que podemos considerar esta perda como uma ruptura biográfica (BURY, 1982), de modo que seus objetivos de vida e, até mesmo as suas identidades, são repensados a partir deste triste episódio. O fato de uma mãe perder um filho não é exclusividade contemporânea, mas o modo com que muitas delas lidam com o sofrimento causado pela perda vem apresentando novos cenários. Uma das características que marca a experiência dessas mães é que elas vêm, recorrentemente, expressando o seu sofrimento no espaço público, seja através de livros, da internet, da participação em movimentos sociais ou, ainda, da formação de grupos presenciais ou online.

Este artigo tem como objetivo investigar os modos de comunicação do sofrimento de mães que perderam seus filhos [1]. Interessa-nos, em especial, compreender como o sofrimento que vem sendo recorrentemente exposto é construído pelos próprios atores sofredores, que passam a ganhar visibilidade e legitimidade, mediante um conjunto de fatores. Dentre os quais, destaca-se a emergência de novos valores morais na sociedade, que vêm atribuindo, ao sofrimento, um lugar específico de autenticidade e de valorização da sua expressão. Este processo vem sendo acirrado pela disseminação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), cuja incorporação de suas lógicas e racionalidades, bem como seu acesso material, por parte dos indivíduos comuns, permitiu um aumento exponencial da circulação desses relatos, no bojo de um processo de reconfiguração das fronteiras entre os espaços público e privado.

A análise dos modos de expressão dessas emoções está vinculada à perspectiva de que o próprio fato de expressar o sofrimento constitui, em si, uma das possíveis formas de geri-lo. Assim, os modos de como este empreendimento se dá trazem especificidades que valem ser qualificadas. A pesquisa empreendida revelou, em especial, a presença de duas estratégias, que serão abordadas no presente artigo: a formação de redes de apoio entre aqueles que perderam filhos e a luta política, ambas enfaticamente mencionadas pelos entrevistados como forma de lidar com o luto.

A fim de responder às questões expostas, foram entrevistadas, entre setembro e novembro de 2016, seis mulheres que perderam seus filhos em contextos distintos e com idades que variavam entre 14 e 25 anos. No decorrer da pesquisa, também tivemos contato com um pai nessa mesma situação. Optou-se por incorporá-lo ao estudo, devido à visibilidade midiática que obteve, à importância de sua atuação política e por sua atuação representar a continuidade do trabalho iniciado pela mãe de sua filha.

Sobre o sofrimento na contemporaneidade

Embora o sofrimento sempre tenha ocorrido na existência humana, marcando a sua presença na vida social, as formas de expressá-lo e, principalmente, de percebê-lo no outro e em si variaram ao longo do tempo. O sofrimento, como qualquer emoção, é um fenômeno eminentemente social [2]. Marcel Mauss (2002), ao estudar as manifestações sociais relacionadas ao luto nas “sociedades primitivas”, observa que alguns comportamentos e expressões da dor, embora não estejam necessariamente isentos de sentimentos individuais, apresentam um grau de padronização social, que leva os indivíduos de dada sociedade a expressarem a sua dor de tal modo e não de outro. Diz ele: “[...] todos os tipos de expressões orais dos sentimentos [...] são essencialmente [...] fenômenos sociais, marcados eminentemente pelo signo da não-espontaneidade, e da obrigação mais perfeita” (MAUSS, 2002, p. 3, tradução nossa). Seja por meio do choro ou de cantos, por exemplo, os indivíduos são, assim, instados a manifestarem a sua dor conforme as convenções regentes em sua sociedade, criando o que o autor chama de expressão obrigatória dos sentimentos. No entanto, isso não significa uma homogeneidade, pois, até no interior de uma mesma sociedade, essas percepções podem ser distintas, variando segundo os grupos sociais envolvidos e o estatuto das vítimas em questão.

Agrega-se, também, o fato de que nem todo sofrimento é capaz de despertar solidariedade e mobilizar o outro, a depender de vários fatores, dentre eles as estratégias utilizadas por quem sofre (VAZ, 2014). Tudo isso influencia na própria forma com que o sofredor lida com seu sofrimento, seja levando-o a

público, seja restringindo-o a si mesmo ou a seu âmbito familiar. Na sociedade contemporânea ocidental, o sofrimento vem sendo cada vez mais exposto no espaço público.

Em livro sobre o trauma, Fassin e Rechtman (2007) mostram como que as lembranças de um evento doloroso no passado conquistam reconhecimento ao longo do século XX, não apenas por meio de saberes legitimados, como a psicanálise, a psiquiatria e a psicologia, mas principalmente através da emergência do trauma como uma nova linguagem e um novo modo de expressão em toda a sociedade, fazendo emergir uma nova economia moral, na qual o sofrimento, ligado a uma lembrança dolorosa, passa a ser não apenas reconhecido, mas a ser invocado como elemento que autoriza o sujeito a falar sobre a sua dor publicamente.

Os autores enfatizam, ainda, a importância que vem adquirindo o testemunho na esfera pública. Eles falam, inclusive, da existência de um processo de vitimidade, em que a figura da vítima ganha amplo destaque na cena contemporânea, o que, para Sarti (2011), corresponderia a uma estratégia para a obtenção de visibilidade e para ressaltar as demandas de grupos considerados mais vulneráveis e que possuiriam identidades constituídas em torno de características em comum. Assim, para além das questões individuais, que fazem com que um indivíduo fale sobre sua dor publicamente, vale ressaltar o que Michael Pollak (2006), ao estudar a memória e as narrativas biográficas de sobreviventes do Holocausto, chama de “testemunhos solicitados do exterior”:

[...] para além das condições físicas e morais da manutenção de uma identidade e da possibilidade de testemunhar, é necessário abordar a questão das condições sociais que fazem com que certos testemunhos potenciais tomem efetivamente a palavra ou sejam chamados a fazê-lo. Dito de outro modo, a questão não é somente saber o que, nessas condições “extremas”, torna um indivíduo capaz de testemunhar, mas também o que se faz que o solicitem, ou o que o permite sentir-se socialmente autorizado a fazê-lo em algum momento (POLLAK, 2006, p. 60-61).

Desse modo, observa-se, recentemente, a emergência de mães enlutadas no espaço público. O advento da internet e, em especial, das redes sociais, ampliou certamente as suas possibilidades de fala, já que as permitiu, assim

como a outros atores, falarem de si, prescindindo de um intermediário. Apesar da importância das TIC's nesse processo, acredita-se, no entanto, que outros fatores possibilitaram que essas mães fossem a público para falar de seu sofrer. Em outras palavras, a existência de condições sociais permitiu que suas vozes fossem ouvidas pela sociedade [3]. Referimo-nos a essa nova economia moral, abordada por Fassin e Rechtman (2007). Nesse contexto, a figura da vítima não se relaciona apenas com os filhos que se foram, mas também com as mães que expressam o sofrimento pela partida de entes tão queridos e se tornam “guardiãs” de suas memórias. A perda, seja ela decorrente de uma morte acidental ou violenta, leva à construção de uma vítima que não é mais somente a vítima de violência ou de outras fatalidades. A vítima contemporânea é a vítima do próprio sofrimento, que, por sua vez, é cada vez mais gerido no espaço público. Um dos aspectos mais característicos deste novo contexto é a convivência entre vítimas que possuem uma identidade em comum, conferida pelo tipo de sofrimento. A formação de redes de apoio, uma das maneiras de gestão do luto dos entrevistados, insere-se neste cenário.

Compartilhando o sofrimento: as redes de apoio

Maria, Aparecida, Ana, Fátima, Rosário e Glória [4] foram as mães entrevistadas. A primeira perdeu a filha de 20 anos em acidente de helicóptero, em 2011, e criou a página Mães Sem Nome, no *Facebook*, para reunir outras mães que passaram pela mesma perda. Aparecida perdeu, em 2004, o filho de 16 anos em acidente de carro e hoje participa do grupo criado por Maria, além de ter escrito um livro em memória do rapaz. Ana sofreu em 2014 a perda do filho de 16 anos, atropelado por um ônibus, e criou o Mães Para Sempre, no *Facebook*, como homenagem ao garoto e para levar, a outras mães, o que aprendera durante a terapia de luto. A filha de Fátima perdeu a vida aos 14 anos, em 2011, no que ficou conhecido como “massacre de Realengo”, quando um rapaz entrou na escola Tasso da Silveira e atirou em várias crianças. Hoje, Fátima faz parte da Associação dos Familiares e Amigos dos Anjos de Realengo. O filho de Rosário, de 25 anos, era policial e foi baleado em 2012 durante uma suposta operação. A morte

é polêmica ainda hoje, pois seu filho teria sido assassinado por outro policial por não ter entrado em esquemas de corrupção. Ela apresenta forte atuação política, a fim de condenar o responsável. Glória perdeu o filho de 21 anos, em janeiro de 2013, durante acidente na praia envolvendo um banana *boat*, em que o rapaz estava. Ela escreveu dois livros sobre a experiência do luto e apresenta palestras sobre o tema. José, o único pai com quem a pesquisadora conversou, perdeu a filha Gabriela em 2003, atingida por uma bala perdida durante troca de tiros entre assaltantes e policial no metrô Sans Peña, na Tijuca. O episódio teve ampla repercussão midiática, e o movimento Gabriela Sou da Paz, criado por José e sua falecida esposa, é atuante ainda hoje.

Uma das formas de gestão do sofrimento mais recorrentes, que percebemos entre essas mães e pai, foi a formação de redes de apoio, tanto através de grupos formalizados, quanto por meio de interações mais fluidas. A concepção do Mães Sem Nome, por exemplo, se deu por meio do estabelecimento de uma rede não formalizada de apoio; apenas depois ela ganhou corpo mais estruturado. Logo que perdeu a filha, Maria começou a procurar outras mães que haviam passado pela mesma experiência através da internet. Além disso, o Mães Sem Nome conta também com redes de apoio não formalizadas, através do que Maria chama de “convívio social”:

[...] primeiro teve um convívio que era um convívio social né [sic], a gente se encontrava também, fazia encontros em plays, em, em restaurantes. Então, aquela mãe que tava [sic] assim acabada, destrozada, sempre se identificava com alguma outra, aí passava a fazer uma amizade, aí aquela chamava pra [sic] ir ao cabeleireiro, aí ela que não pintava mais o cabelo ia sabe? Então tinha esse aspecto social. (Maria. Entrevista concedida a Aline Ferreira de Faria. Rio de Janeiro, 27 jul 2016)

Assim como Maria, Ana, antes de criar o Mães Para Sempre, passava horas na internet procurando por outras mães que passaram pela mesma situação, em blogs e grupos no *Facebook*. Tanto Ana, quanto Maria encontraram, na convivência com outras mães, uma forma de suporte para o luto e, posteriormente, fizeram destas interações uma rede formalmente estruturada. As interações não necessariamente precisam ser formalizadas para atuarem na gestão do luto. O estabelecimento de relacionamentos com outras pessoas que passaram pelo mesmo é enfatizado por José como algo essencial nesse processo.

[...] foi muito importante esse convívio comigo com outras vítimas que já tinham passado por isso, [...] eu hoje acho que não tem outra saída se você não conviver, passar por isso hoje, procurar outros familiares, porque você vê a pessoa como eu tô [sic] aqui contigo conversando, quase que normal, mas, é, você não consegue se imaginar assim, nem, nem 13 anos depois, né [sic], muito menos, uma semana, com 15 dias, mas isso, isso é possível, então isso que eu mostro as pessoas (José. Entrevista concedida a Aline Ferreira de Faria. Rio de Janeiro, 14 set 2016).

Ele conta que o relacionamento com vítimas e a assistência às mesmas foi iniciado por sua mulher, que chegou, até mesmo, a levantar e sair de casa às quatro da manhã para atender ao pedido de uma mãe que estava no hospital perdendo a filha. O contato dos pais de Gabriela fora fornecido por um jornalista que estava cobrindo o caso, uma incursão no morro, e José tentou impedir a esposa de sair de madrugada, dizendo que não poderia ser assim. “Não, tem que ser assim, é assim que eu vou me sentir bem” (José. Entrevista concedida a Aline Ferreira de Faria. Rio de Janeiro, 14 set 2016) foi a resposta que ouviu da mulher. Ao ver a melhora da esposa, que estava saindo da “fase nefasta” do luto, a partir do auxílio às vítimas, ele começa a se envolver também nesse tipo de ação. Ainda hoje, a rede de interações, uma “relação mais que familiar”, continua sendo importante para ele: “[...] hoje em dia a gente tá muito mais com familiares de vítima junto do que com a própria família às vezes” (José. Entrevista concedida a Aline Ferreira de Faria. Rio de Janeiro, 14 set 2016).

Foi ele quem inseriu Fátima e Rosário em uma rede de apoio não formalizada. Já acostumado com a organização e participação em passeatas e manifestações, foi dele que partiu o convite para que ambas se integrassem a este tipo de mobilização. A partir disso, elas passaram a se articular com movimentos de familiares que perderam os filhos, geralmente tendo a violência como causa. Fátima, que já fazia parte de uma rede formalizada, com as mães e familiares de Realengo, passou a se associar, também, a outros movimentos, tornando a sua rede de suporte mais abrangente.

Tais redes de apoio informais podem apresentar, também, relações não articuladas em torno de um fim político. É o caso de Glória, que estabeleceu relações com outras mães, a partir, principalmente, da publicização de sua dor. Por meio de seu blog, que criou para falar de sua perda, e da publicação de seu

livro, mães de diversas partes do Brasil começaram a contatá-la. A sua rede de suporte se estende pelo *Facebook*, pelo *Messenger* e pelo seu *blog*, em que as mães entram para desabafar, segundo ela. Nesse contexto, um grupo de cinco mães estabeleceu um relacionamento profundo, mantendo contato direto, encontrando-se mensalmente e contando com um grupo no *Whatsapp*. A fluidez de sua rede não a impede de interagir, também, com grupos estruturados, para os quais já realizou palestras. Apesar de serem grupos formalmente estabelecidos, não participa deles diretamente e, desse modo, a sua rede permanece fluida.

A face mais visível da rede de apoio, e que traz consigo um grande aspecto da contemporaneidade, é a formação de grupo de apoio mútuo. Entre os pesquisados, o único que conta com este tipo de suporte, enquanto atividade formalmente estabelecida, é o Mães Sem Nome, que realiza encontros semanais em uma clínica. A identidade da perda é atributo indispensável para a participação no grupo. Outra característica fundamental é a maternidade. Apenas a conjunção de ambos fatores identitários autoriza a entrada no mesmo: é preciso ser uma mãe que perdeu um filho. Nem mesmo pais ou irmãos que passaram pela mesma perda participam.

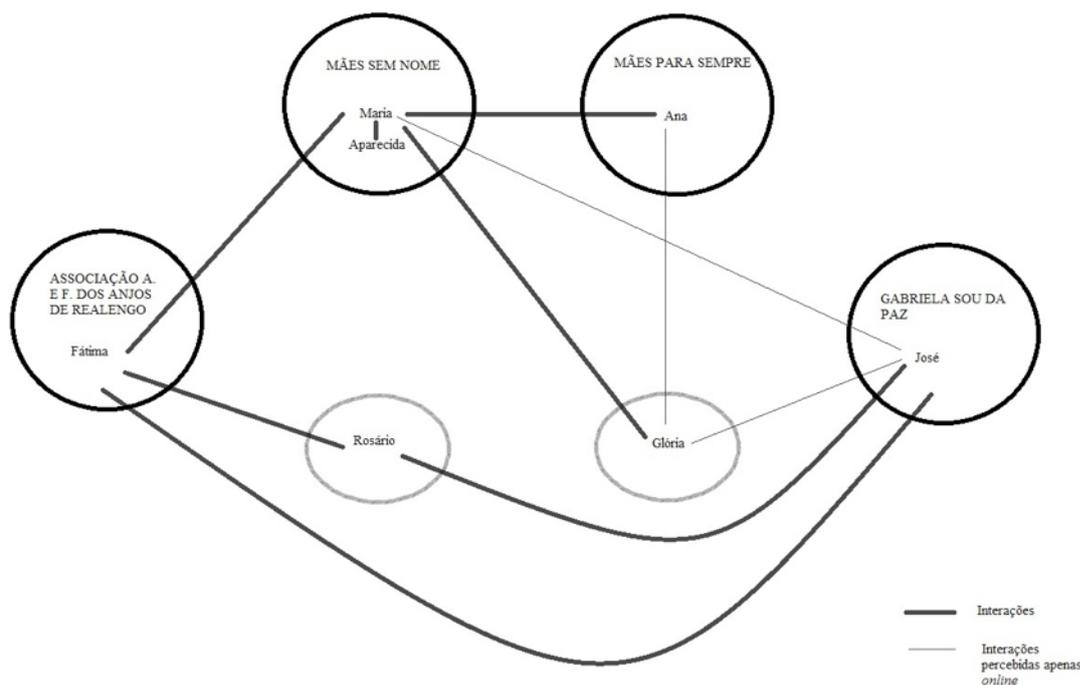
Outro espaço “formalizado” de compartilhamento da dor é a internet. Por meio dela, as mães entram em contato umas com as outras, interagem e compartilham o seu sofrimento. O Mães Para Sempre, por exemplo, que funciona exclusivamente online, constitui-se em um espaço de congregação de pessoas caracterizadas pela mesma identidade, mães que perderam filhos, e que se apoiam mutuamente. Nas palavras da própria criadora, a página “[...] é um cantinho de apoio mútuo, de entendimento, de acolhimento, você é acolhida, você é compreendida e você é apoiada [...]” (Ana. Entrevista concedida a Aline Ferreira de Faria. Rio de Janeiro, 15 ago 2016).

Já a Associação dos Amigos e Familiares dos Anjos de Realengo se estruturou tanto a partir da luta política, quanto através de encontros contínuos entre as mães que viviam a dor da perda. Nesse caso, a identidade entre as mães está muito além da perda. Elas não apenas passaram pela mesma dor, como tiveram a mesma história de perda. Esse fato, somado à luta política que se seguiu, de tentar solucionar os problemas das crianças sobreviventes ao ocorrido, motivou

a formalização da rede. Posteriormente, no entanto, outros parentes das crianças foram se incorporando na associação, que não tem, assim, a identidade exclusivamente marcada pela maternidade.

No Gabriela Sou da Paz, a formalização da rede não se dá, por excelência, através do compartilhamento da dor e da convivência com outras mães, mas por meio da luta política. No entanto, a interação com outras mães e familiares que perderam o filho é essencial na gestão do sofrimento do entrevistado deste grupo, como vimos acima. A relação de suporte, na constituição dessas redes, por vezes é tão fluida, que se percebeu, até mesmo, a interação ou o conhecimento de integrantes de grupos diferentes entre si. O esquema abaixo exemplifica essas formas de organização e as relações entre os seus membros.

Figura 1: Representação das redes de apoio.



Fonte: Produzido pelas autoras.

Luta política: o sofrimento como questão social

A mobilização é uma ação política extremamente importante, tanto no sentido macro, já que tem o poder de transformar as mortes violentas em um

“caso” mais amplo, quanto na gestão dos sofrimentos e das subjetividades, o que aponta para seu papel na micropolítica (LACERDA, 2014). A mobilização foi uma forma de lidar com a dor, encontrada especificamente nas situações nas quais a perda era decorrente de violência.

A luta política foi expressada fortemente nas histórias de perda da falecida mãe de Gabriela, de Fátima e de Rosário. Nos três casos, a violência, a denúncia e a transformação do luto em luta, termo frequentemente expresso por movimentos de mães que perdem filhos, são pontos centrais. Entre eles, o caso mais antigo foi o de Gabriela e, talvez por isso, seu pai, parceiro de luta da mãe da garota e responsável pela continuação do movimento, tenha sido apontado como o articulador de mobilizações, tendo, até mesmo, inserido Fátima e Rosário na luta. Ao mesmo tempo, a visibilidade midiática do episódio de perda de sua filha garantiu a ele uma posição privilegiada enquanto tal, ainda que este destaque também tenha ocorrido no caso de Fátima e, em menor medida, de Rosário. Porém, ao contrário da história de perda da mãe de Realengo, que causou comoção nacional, por evocar o inesperado e inusitado, a perda de José e sua mulher comoveu o país, justamente por colocar em evidência a violência urbana que amedronta cotidianamente mães e pais que vivem em grandes centros urbanos e que se identificaram com sua dor.

A luta de José apresenta a peculiaridade de que ele foi, inicialmente, instado a dela participar.

E o movimento da Gabriela, [...] ele surgiu que foi uma coisa natural, as pessoas começaram a falar ah “Gabriela sou da paz”, “movimento Gabriela sou da paz”, [...] era muito forte a presença da gente em, em passeatas e quando outro caso acontecia, os próprios jornalistas davam telefone pra [sic] enviar pra [sic] vítima falar com a gente, porque a gente já tinha uma certa experiência nessa questão de, de organização de passeata, de movimento. E a coisa foi tomando volume sem que a gente até quisesse isso mesmo porque a gente se tornou um pouco responsável nessa área né [sic], e conhecedor também, então, é, hoje as pessoas chegam à gente que é automático né [sic], procura o Gabriela Sou da Paz, que evidentemente que hoje a gente tá [sic] mais estruturado [...] (José. Entrevista concedida a Aline Ferreira de Faria. Rio de Janeiro, 14 set 2016).

A presença de atores sociais, tais como jornalistas, especialistas de Direito e as próprias vítimas de violência, bem como a repercussão midiática do

caso, foi fundamental na criação do movimento. Além disso, ainda hoje, a procura de vítimas, a partir da indicação de jornalistas, é existente, bem como a consulta a José para o pedido de fontes para matérias jornalísticas. E assim, o movimento foi ganhando força na assistência à vítima e na organização de manifestações.

José, Fátima e Rosário encontraram, na luta política, uma forma de chamar atenção da sociedade para a injustiça de suas perdas, visibilizando os seus sofrimentos, para que eles deixassem de ser apenas uma questão privada e se tornassem uma questão social. A ocupação do espaço público possui uma estreita relação com o luto. A manifestação de queixas, lamentos e, até mesmo, a inscrição da dor no próprio corpo são relatados por estudiosos, que percebem o papel fundamental ocupado, principalmente, pelas mulheres na expressão da perda (MAUSS, 2002; DAS, 2007). José pode ser considerado um caso à parte, pois a gestão do luto no espaço público é prioritariamente um “assunto de mulheres”, enquanto que a atuação masculina é minoria. O caso de José é peculiar, já que a luta política, como forma de gerir o seu sofrimento, partiu da iniciativa de sua esposa, ao se confrontar com outros casos de perda. Posteriormente, ele passou a fazer o mesmo e, após a sua morte, deu continuidade ao movimento. Além disso, José foi instado a ocupar esse espaço público devido à sua visibilidade midiática. Nesse sentido, a sua história é uma exceção que confirma a regra.

As relações entre silêncio e testemunho, de mulheres frente à morte, são abordadas por Das (2007), ao estudar o impacto de situações fora do ordinário no cotidiano de populações na Índia. As boas mortes seriam expressas por meio de lamentos, lamúrias e gritos femininos, sua forma de testemunho. Por outro lado, as más mortes, aquelas que ocorreriam por ação de outra pessoa, seriam seguidas pelo silêncio, uma ausência de testemunho. Silêncio e testemunho perfazem, também, as relações de morte no contexto aqui estudado das mães que perdem filhos. Entretanto, a sociedade latino-americana é marcada por uma relação contrária à percebida por Das (2007), em seu estudo etnográfico, já que o testemunho é intrinsecamente relacionado às más mortes, marcadas pela violência e pelo significado de uma “morte matada”.

A América Latina, historicamente marcada por regimes ditatoriais e repressão policial, foi palco de inúmeros movimentos de mães que contestam o

desaparecimento e a morte de seus filhos (CATELA, 1997; LEITE, 2004; ARAÚJO, 2007). Nesse cenário em que a violência deixa as marcas de uma situação crítica no ordinário (DAS, 2007), as mães saem do silêncio e ocupam o espaço público (CATELA, 1997; LEITE, 2004; ARAÚJO, 2007), a fim de denunciar as más mortes ou, até mesmo, as mortes inconclusas (CATELA *apud* ARAÚJO, 2007), que tanto provocaram rupturas em suas vidas. Ocupar o espaço público torna-se, então, um ato político, no qual a decisão de sair do silêncio e falar sobre as perdas faz com que tais questões sejam “um problema de todos” (LACERDA, 2014, p. 59). O testemunho emerge como gestão do sofrimento e como modo de política.

A busca por justiça se torna, então, o mote de mães e pais que perdem um ente violentamente, especialmente das mães, fazendo-se valer enquanto uma causa política, em sentido amplo, e também como gestão do sofrimento. Esta busca por justiça pode ser representada, também, pela história de Rosário. Ela perdeu o filho durante uma ação policial e tenta comprovar que quem o matou foi o colega de trabalho. Com a ajuda da filha, investiga as circunstâncias que envolveram a morte do rapaz.

Essa luta política, como *modus operandi* do luto, é narrada por Adriana Vianna e Juliana Farias (2011), já que em um artigo, relatam a busca por justiça de familiares de pessoas assassinadas pela polícia militar no Rio de Janeiro. Ao relatarem o julgamento de um policial acusado de matar o filho de uma das mães do grupo, elas mostram como o advogado de defesa tentava, a todo momento, desconstruir o valor da vida do rapaz morto, associando-o a um criminoso, ao passo que o de acusação sempre o relacionava à imagem de “bom rapaz”, trazendo à público, inclusive, o seu boletim escolar. Este fato evidencia como que a construção da memória é importante neste processo de luta política, o que está presente também na fala de Rosário, que buscava, ao longo da entrevista, ressaltar as características de seu filho como uma pessoa honesta e que teve uma criação simples e difícil.

A memória também está no cerne da luta política de Fátima, para quem o “legado deixado pelas crianças não pode ser esquecido” (Fátima. Entrevista concedida a Aline Ferreira de Faria. Rio de Janeiro, 10 ago 2016). Nesse contexto, a luta política não se restringiu à busca por justiça pela morte das crian-

ças na escola, mas abrangeu a variadas questões ligadas ao ocorrido, o que levou o grupo a se relacionar com diversos movimentos. As causas da luta da Associação dos Amigos e Familiares dos Anjos de Realengo são: a luta contra a facilidade de acesso às armas de fogo; a segurança para as escolas; a qualificação dos professores, capacitando-os a identificarem possíveis problemas com as crianças; a presença de psicólogos dentro das escolas; a conscientização sobre o *bullying* [5]; a luta contra a violência para com a mulher [6].

Assim, “o leque se abriu pra [sic] várias histórias”, e a perda das crianças deixa de ser apenas uma questão subjetiva, para se tornar uma causa política abrangente. Esta ampliação é, aliás, citada por José como condição para a sobrevivência de um movimento:

[...] eu vi muito movimento surgir, ter muita exposição e acabarem os movimentos sem nada, porque eles num [sic] tinham objetivo, material próprio, uma coisa marcante, ah surgia do nada, vinham num [sic] dizia pra [sic] quê, iam pra [sic] rua. Eu soltei a minha pomba branca, eu fui pra [sic] rua com a camiseta branca, isso faz parte do processo, do início, mas se você ficar soltando pomba e camiseta branca isso não vai dar em absolutamente nada, em absolutamente nada, as pessoas vão rir de você, no final [...] Então se você num [sic] tiver uma meta, uma coisa grande, uma coisa prática, que vá mudar pra [sic] melhor a situação das pessoas, a sociedade, as pessoas não vão continuar te apoiando ou então vão ficar até com pena de você, mas, não vão continuar te ajudando mesmo (José. Entrevista concedida a Aline Ferreira de Faria. Rio de Janeiro, 14 set 2016).

A aliança com a sociedade surge, assim, como requisito para a manutenção da luta política das mães e pais que perdem filhos. Ou seja, a amplificação da subjetividade para algo considerado problema de todos (LACERDA, 2014) é necessária para que o movimento permaneça na visibilidade. Tal prerrogativa se constitui em parte essencial da saída do movimento de uma política da compaixão à passagem para uma política da piedade, de modo a não se centrar mais nas particularidades e sim na generalização (BOLTANSKI, 2004).

Por outro lado, uma das características fundamentais dessa política da piedade, a separação entre sofrendores e espectadores, começa a se desfazer, na medida em que, cada vez mais, o sofredor pode ser qualquer um (VAZ, 2014). Essa ausência de diferenciação é percebida através, por exemplo, das fotos de

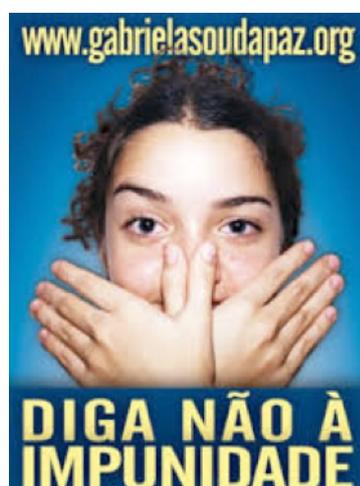
vítimas de violência, que deixam de exaltar o aspecto da situação lancinante em si, para focar na jovialidade e felicidade dessas pessoas, suscitando a ideia de que qualquer um poderia estar em seu lugar (VAZ, 2014).

Sendo assim, mais do que suportes de memória (CATELA, 1997), as faixas e camisetas que carregam a foto daquele que partiu, tal como utilizadas por Rosário e sua filha, vêm nos lembrar de que o evento crítico ocorreu a ele, mas que poderia ter acontecido a qualquer um. Se, por um lado, o caso de Gabriela faz emergir, nas páginas dos jornais, a figura da vítima de violência, por outro, ele configura uma exceção, na medida em que tal vítima não fazia parte de um grupo vulnerável, mas era uma garota de classe média, tal como inúmeros filhos dos leitores/espectadores dos jornais. É justamente este misto entre a regra e a exceção que faz seu caso despertar ampla comoção. A identidade do público é criada, a partir de uma vítima que não é normalmente afetada, mas que poderia, nesse sentido, ser qualquer um.

Em artigo no qual analisam a exposição do sofrimento de mães em fotografias, Sá-Carvalho e Lissovsky (2008) tomam como um dos objetos a foto de João Hélio [7], estampada na camiseta de sua mãe, e discorrem sobre como a autorrepresentação do sofrimento é central na contemporaneidade, de modo que os sofredores reivindicam o direito e a legitimidade de expressarem a própria dor. Ainda de acordo com os autores, são justamente as histórias de sofrimento, narradas em primeira pessoa, que suscitam comoção e mobilização. Nesse sentido, a fotografia de João Hélio seria reivindicada pelos pais como a imagem da própria dor. Além disso, a constante visibilidade midiática da mãe do menino, usando a camiseta com a foto, seria autorizada por essa mesma dor, “reproduzida do álbum da família, só os parentes têm direito de ostentá-la em suas camisetas. Ela se torna quase o avesso da representação, pois remete sempre a si mesma” (SÁ-CARVALHO; LISSOVSKY, 2008, p. 87-88). Os autores relatam, ainda, uma “desavença entre os pais de vítimas da violência que apareceu em uma nota no jornal O Globo, no dia 25 de abril de 2007.” (SÁ-CARVALHO; LISSOVSKY, 2008, p. 87): o pai de João Hélio teria dito que não queria que a foto de seu filho fosse reproduzida em camisetas, com o objetivo de angariar fundos para o Gabriela Sou da Paz, ainda que ele e a esposa participassem de movimentos em prol de vítimas de violência.

Por outro lado, a foto de Gabriela fazendo o símbolo da pomba da paz se tornou embleática, não apenas do movimento (figura 2), mas, segundo o próprio pai da menina, já entrou para “uso público”, tendo autorizado a sua publicação sem que o ficassem pedindo. Emerge aqui uma tensão entre privado e público: Se no caso do pai de Gabriela, a imagem que representa uma dor privada é pública, no caso anterior, tanto a dor, quanto a sua imagem são reivindicadas como privadas. Ao mesmo tempo, ambas as fotografias são trazidas para o espaço público e, por isso, estão em permanente conflito entre as duas esferas.

Figura 2: Fotografia-símbolo do Gabriela Sou da Paz.



Fonte: Site do movimento [8]

Conclusão

A exposição do sofrimento da perda de um filho no espaço público está relacionada a um contexto social mais amplo, no qual o “falar de si” não apenas é aceito pela sociedade, mas se torna uma forma contemporânea de legitimação de reivindicações e reconhecimento de demandas específicas. Neste artigo, mostramos que este contexto está intrinsecamente ligado à emergência de uma nova moralidade em que o sofrimento, compreendido como uma categoria social, é cada vez mais visibilizado no espaço público. Buscou-se compreender as maneiras de gestão do sofrimento dessas mães e pai, que manifestam publicamente a sua tris-

teza, e percebeu-se que a formação de redes de apoio, bem como a luta política eram modos de lidar com a perda recorrentes entre os entrevistados. As redes, que se manifestam através de grupos formalizados ou de interações exteriores a um grupo específico, eram recursos frequentes, acionados pelos entrevistados como modo de compartilhar a dor entre “iguais”. A troca de experiências entre pessoas com os mesmos sofrimentos é recorrente nesse contexto contemporâneo de uma nova moralidade, fazendo da identidade um requisito fundamental para a participação nesses grupos. Já a luta política é mais visível nos casos em que a morte ocorre por violência, fazendo com que a busca por justiça esteja constantemente ligada à gestão do luto. Nesses casos, a construção da memória do que se foi é interligada à figura da vítima, detentora de grande legitimidade no mundo contemporâneo. No entanto, a exposição do sofrimento dos que perderam um filho aponta que a vítima não é apenas quem se foi, mas, principalmente, quem fica. Tanto os filhos que se foram, quanto mães e pai que ficaram têm suas imagens construídas publicamente, através do estatuto social da vítima contemporânea.

Notas

[1] O estudo apresentado faz parte de uma pesquisa desenvolvida no âmbito de uma dissertação de mestrado, sendo aprovada por um comitê de ética (número de registro na Plataforma Brasil: 55694716.9.0000.5241). O objetivo era compreender a gestão do sofrimento de mães que perderam filhos e que levaram seu sofrimento para o espaço público. A pesquisadora contou com o financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

[2] Nesse sentido, este trabalho está inserido no contexto de uma *sociologia e antropologia das emoções*, que traz a subjetividade para o debate em torno das relações sociais (KOURY, 2014).

[3] Ressalva-se que nem toda mãe tem sua dor da perda reconhecida pela sociedade, como apontam Vianna e Farias (2011), ao relatarem a luta de mães de classes marginalizadas, que perdem os seus filhos em situações de violência urbana.

[4] As identidades dos entrevistados e de seus filhos foram preservadas através do uso de pseudônimos, conforme orientação do comitê de ética. Apenas a identidade de Gabriela foi mantida por ser um caso midiático emblemático e por dar nome ao movimento.

[5] O atirador havia estudado na Tasso da Silveira e sofrido *bullying* na escola.

[6] A intenção do atirador era matar as meninas que estudavam no colégio, foram elas o seu alvo. Em decorrência, o número de meninas que morreram foi bem maior que o de meninos.

[7] João Hélio, de seis anos, perdeu a vida em 2007, durante o assalto ao carro, em que estavam ele, a irmã de 13 anos e a mãe. O garoto ficou preso no cinto de segurança e não

houve tempo de ser retirado, pois os assaltantes arrancaram com o carro. Ele foi arrastado por sete quilômetros (MEMÓRIA O GLOBO, 2013).

[8] Disponível em: <<http://www.gabrielasoudapaz.org/fotos/>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

Referências

ARAUJO, F. *Do luto à luta: a experiência das mães de Acari*. 2007. 154-160 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em <<http://www.desaparecidos.org/brazil/voces/araujo.pdf>> Acesso em 25 jan 2017.

BOLTANSKI, L. *The question of the spectator*. In: _____. *Distant Suffering: morality, media and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

BURY, M. *Sociology of Health and Illness*. v. 4, n. 2, 1982, p. 167-182.

CATELA, L. da S. Las memorias del horror: estilos e narrativas para comunicar el sufrimiento y el dolor por los desaparecidos em Argentina. 1997, Online. Disponível em: <<https://bit.ly/2LSJcei>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

DAS, V. Language and Body: Transactions in the construction of pain. In: _____. *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2007, p. 38-58.

FASSIN, D.; RECHTMAN, R. *L'empire du Traumatisme: enquête sur la condition de victime*. Paris: Éditions Flammarion, 2007.

KOURY, M. G. P. Pela consolidação da sociologia e da antropologia das emoções no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, v. 29, n. 3, p. 841-866, 2014. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/se/v29n3/a09v29n3.pdf>> Acesso em: 2 ago. 2018.

LACERDA, P. O sofrer, o narrar, o agir: dimensões da mobilização social de familiares de vítimas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 20, n. 42, jul./dez. p. 49-75, 2014. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v20n42/03.pdf>> Acesso em: 2 ago. 2018.

LEITE, M. P. As mães em movimento. In: BIRMAN, P.; _____ (Orgs.). *Um Mural para a Dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 141-190.

MAUSS, M. L'expression obligatoire des sentiments. *Chicoutimi*, Québec, 2002. Édition électronique. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/essais_de_socio/T3_expression_sentiments/expression_sentiments.pdf> Acesso em: 2 ago. 2018.

MEMÓRIA GLOBO. Caso João Hélio. *Globo*, 2013. Disponível em

<<http://memoriaglobo.globo.com/mobile/programas/jornalismo/coberturas/caso-joao-helio/caso-joao-helio-a-historia.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

POLLAK, M. Memória, Olvido, *Silencio: la producción social de identidades frente a situaciones limite*. Buenos Aires: Ediciones Al Margen, 2006.

SÁ-CARVALHO, C.; LISSOVSKY, M. Fotografia e representação do sofrimento. *Revista Galáxia*, n. 15, jun. ,p. 77-90, 2008. Disponível em < <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/viewFile/1496/968>> Acesso em: 25 jan. 2017.

SARTI, C. A vítima como figura contemporânea. *Caderno CRH*. Salvador, v. 24, n. 61, p. 51-61, 2011. Disponível em: <http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/7089/art_SARTI_A_vitima_como_figura_contemporanea_2011.pdf?sequence=1> Acesso em: 18 jan. 2017

VAZ, P. A compaixão, moderna e atual. In: FILHO, J. F. ; COELHO, M. G. P. *Jornalismo, Cultura e Sociedade: visões do Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: Sulinas, 2014, p. 73-97.

VIANNA, A; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, n. 37, p.79-116, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2vtE4Dm>>. Acesso em: 2 ago. 2018.